

METAMORFOSES DA CONTEMPORANEIDADE: CULTURA VIRTUAL E SUBJETIVIDADES EM TEMPOS DE CAPITALISMO GLOBAL E SOCIEDADE EM REDE

*METAMORPHOSES OF CONTEMPORANEITY: VIRTUAL
CULTURE AND SUBJECTIVITIES IN TIMES OF GLOBAL
CAPITALISM AND NETWORK SOCIETY*

Evandro Salvador Alves de Oliveira

Doutor em Educação. Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5274236766335775>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2228-9776>.
Email: evandro@unifimes.edu.br

Flaviane Cristina Rocha Cesar

Doutora em Enfermagem. Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3449456660185056>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2659-2871>.
Email: flaviane.rocha@unifimes.edu.br

Sálua Cecílio

Doutora em Sociologia. Universidade de Uberaba
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4895228131417940>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6035-1636>.
Email: salua.cecilio@uniube.br

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão teórica de abordagem qualitativa sobre a constituição das subjetividades na cultura virtual, sob a égide do capitalismo global e da sociedade em rede. Fundamentado em autores como Lévy, Santaella, Dardot e Laval, o estudo reflete sobre como as tecnologias digitais protagonizam a moldagem dos sujeitos contemporâneos. Os resultados indicam que o “sujeito neoliberal” emerge como um “empresário de si”, gerenciando a própria vida como um produto em busca de performance e resultados elevados. Essa imersão digital, marcada pela aceleração e pelo bombardeio informacional, impõe desafios à reflexão crítica, redesenhando as dimensões individuais e coletivas. Conclui-se que as metamorfoses culturais da atualidade são impulsionadas por uma cultura de consumo e competitividade, onde a virtualidade e a nova razão do mundo redefinem o que significa ser sujeito na contemporaneidade.

Palavras-chave: Cultura virtual. Subjetividades. Capitalismo global. Tecnologias. Educação.

Abstract: This article presents a theoretical review with a qualitative approach on the constitution of subjectivities within virtual culture, under the aegis of global capitalism and the network society. Grounded in authors such as Lévy, Santaella, Dardot, and Laval, the study reflects on how digital technologies play a leading role in shaping contemporary subjects. The results indicate that the “neoliberal subject” emerges as an “entrepreneur of the self,” managing their own life as a product in pursuit of high performance and elevated results. This digital immersion, marked by acceleration and informational bombardment, imposes challenges to critical reflection, redesigning both individual and collective dimensions. It concludes that today’s cultural metamorphoses are driven by a culture of consumption and competitiveness, where virtuality and the new way of the world (the “new reason of the world”) redefine what it means to be a subject in contemporaneity.

Keywords: Virtual culture. Subjectivities. Global capitalism. Technologies. Education.

Introdução

A discussão que envolve o tema das subjetividades e do universo da cultura virtual nos convida a problematizar e refletir, em seu aspecto qualitativo, sobre alguns assuntos como tecnologias digitais, mídias eletrônicas e suas interfaces com a sociedade em rede e a cultura delineada pelo capitalismo global e flexível. Esse novo tempo da cultura, compreendido, aqui, como capitalismo global, é explorado neste artigo com especial atenção às metamorfoses culturais e aos fenômenos que ocorrem nesses atuais contextos. Alves (2014) elucida que o capitalismo global “implica um complexo de múltiplas determinações sócio-históricas discriminadas como sendo o capitalismo do novo complexo de reestruturação produtiva do capital sob o espírito do toyotismo” (Alves, 2011, p. 12 apud Alves, 2014). O autor reforça que o capitalismo global é o capitalismo manipulatório em sua forma exacerbada, tendo em vista a nova base técnica da sociedade em rede.

No capitalismo global, a economia é interconectada e transnacional, onde corporações multinacionais têm um poder considerável, transcendem fronteiras e influenciam políticas econômicas e sociais em nível global. A sociedade em rede refere-se à nova estrutura social moldada pelas tecnologias digitais, especialmente a internet e outras formas de comunicação global instantânea. Essa sociedade é caracterizada pela conectividade contínua e pela circulação rápida de informações. As redes digitais permitem um fluxo constante de dados e são uma nova base técnica que suporta e amplifica as dinâmicas do capitalismo global (Castells, 2016).

Nesta reflexão que propomos, importa esclarecer que embora uma definição concreta e precisa de subjetividade seja muito complexa e abrangente, a compreendemos como o outro lado da objetividade. A subjetividade como sinônimo de vida psíquica, de organização e funcionamento de processos psíquicos, pode ser compreendida como aquilo que ocorre no lado oculto do social, em que não podemos separá-la da sociabilidade.

Através de pesquisas que abarcam o tema da cultura virtual e da subjetividade é possível refletir sobre algumas dimensões, que de certa forma nos provoca a compreender melhor pela relação existente como nosso contexto real de trabalho, como por exemplo a organização do trabalho docente e os desafios para o ensino e a formação dos sujeitos. Para tanto, interessa-nos discutir atuações profissionais que têm sido sublinhadas por conteúdos, características e finalidades próprias de “tempos híbridos” e “líquidos”, termos atribuídos por Hall (2011) e Bauman (2007), respectivamente, que afetam a constituição da subjetividade de sujeitos nesta era de convergência midiática, hiperconexão com a internet e redes sociais (Oliveira, Silva e Miranda, 2023), e constante evolução tecnológica.

Assim, ao longo deste artigo algumas questões são contempladas e discutidas, de modo a alcançar o objetivo proposto. Uma delas consiste em desenvolver uma análise das relações entre sociedade, capitalismo e globalização, que desembocam em reflexões que permeiam a produção de subjetividades. Para isso, recorreremos às análises de autores diversos, as vezes até antagônicos à teoria de Castells, como Guattari e Rolnik (1999), para alargar nossas compreensões. Por isso pesquisadores como Chagas (2013), Alves (2014) e Valencia (2016) são recuperados e citados no texto. Para conhecer um pouco mais sobre o assunto que diz respeito às tecnologias, cultura/ realidade virtual e subjetividade, nos debruçamos sobre as análises de autores como Levy (1999), Kerckhove (1997), Santaella (2003), Kenski (2013) e Costa, Duqueviz e Pedroza (2015).

Com a intenção de identificar aspectos conceituais, assim como inter-relações subjacentes às temáticas das tecnologias digitais, à nova razão do mundo, neoliberalismo e subjetividade, de forma a compreender seus fundamentos e consequências nas dimensões teórica e existencial, a teoria de Dardot e Laval (2016), Lipovetsky (2007) e Piolli, Silva e Heloani (2015) nos são importantes e, de modo pontual, serão exploradas.

Adentrar nesse campo de estudo é fundamental para aprofundar a compreensão acerca das subjetividades, uma vez que ponderamos o termo escapando de uma explanação em seu aspecto singular, como um fenômeno não múltiplo. Ou seja, é plural, pois são inúmeras as subjetividades, destacamos que são muitas e complexas as relações entre o contexto globalizado, cultura e constituição dos sujeitos. Desse modo, distinguir tais relações, assimilando a sua natureza, seus conteúdos e suas implicações, significa identificar uma alternativa para reduzir ou escapar a quaisquer formas e níveis de controle e sujeição, sobretudo, no campo da cultura virtual que tem

modificado e transformado a vida dos sujeitos na cultura contemporânea.

Logo, distinguir possíveis inter-relações produzidas entre o indivíduo e a cultura virtual nos direciona a compreender o desenvolvimento de uma relação crescente e consciente com as tecnologias. Assim, o indivíduo delas se apropria, constituindo novos modos de ser, e se insere em um mundo virtual, muitas vezes, com conhecimento de seus processos e implicações que refletem em suas vidas e no mundo do trabalho.

A partir das “mitologias” em torno da novidade tecnológica em educação, sinalizadas por Fisher (2012), vemos que é muito rápida a maneira com que se assume o amor à tecnologia por ela mesma, replicando modos de fazer, que têm sido muito questionados no âmbito da pesquisa acadêmica e da prática pedagógica. Parece haver um empobrecimento do que é histórico nas relações educação e tecnologias digitais, afirma a autora.

Assuntos como tecnologias, trabalho e subjetividades, uma vez pesquisados e trabalhados de forma interdisciplinar, possibilitam a construção de uma compreensão consistente e mais próxima possível da complexidade que os rege e os articula. Destacamos que apreender o contexto e as inter-relações que orientam o desenvolvimento de tais processos pode significar uma alternativa a algumas abordagens reducionistas, esquemáticas e/ou simplificadas que representam a outra face do controle social, impondo aos indivíduos uma visão da tecnologia, que extrapola perspectivas simplistas. Dessa maneira, na busca pela compreensão de tais processos, rompendo com concepções imediatistas, no campo da educação, cabe-nos explorar essa vertente ao abarcar estratégias de formação científica e profissional, de modo a favorecer também a investigação e identificação dos fundamentos e das relações dialéticas entre contexto cultural e econômico, tecnologia e subjetividade.

Do mesmo modo, a ênfase incide em refletir e discutir as razões que impulsionam o indivíduo a situar-se de modo mais consciente diante as questões de acesso, processamento, armazenamento e compartilhamento das informações num mundo novo. Universo este sustentado e viabilizado pela cultura virtual que interfere em diversos espaços e contextos, como os que se dão na escola e na universidade e relacionam-se à natureza do trabalho docente em tempos de sociedade em rede, cultura digital e midiática (Oliveira, 2019).

Com o avanço da ciência moderna, emergiu o interesse em aprofundar os estudos sobre o sujeito e subjetividade, o que favoreceu o surgimento da psicologia como disciplina científica nesse determinado período histórico, como destaca Novaes (2015). Para a autora, com base na teoria das representações sociais, a ideia de constituição de si, por meio da interação com o outro, fenômeno fortemente valorizado no campo da psicologia, evidencia a necessidade de reconhecimento das dimensões de afeto, sentido, significado e valor na produção do conhecimento. A presença do outro em suas relações dialógicas indica que a constituição da subjetividade não se realiza em uma atmosfera neutra de sentido e valor.

Lazzarato e Guattari (2006) argumentam que o capitalismo se infiltra nos modos de pensar, sentir e agir, codificando desejos e afetos para moldar a produção de subjetividade em conformidade com as demandas do mercado. Esse processo é visto como uma colonização do inconsciente, onde o capital atua não só sobre as forças produtivas, mas também sobre as formas de vida, produzindo indivíduos alinhados com a lógica do consumo e da competitividade. A subjetividade, assim, torna-se um campo de exploração, onde os valores capitalistas são introjetados e reproduzidos, perpetuando a dominação do sistema econômico sobre o campo psíquico e social.

Assim, pensar na produção e constituição das subjetividades, sem considerar o sistema do capitalismo global e flexível que atravessa a sociedade - em que os modos de produção expressam significados - é deixar de considerar um elemento importante que nos permite compreender maneiras como as subjetividades são, ideologicamente, afetadas e constituídas historicamente. Perante esse contexto problematizador, neste artigo o objetivo nuclear é refletir sobre a cultura do capitalismo global e suas relações com a produção de subjetividades, considerando os usos de tecnologias na sociedade em rede e a imersão ampliada na cultura digital.

Capitalismo global e produção de subjetividades

Ao nos debruçarmos sobre a obra de Valencia (2016), dedicada a explorar conceitos como

preariado e proletariado, encontramos algumas reflexões críticas sobre o modo de produção no sistema capitalista. O autor enfatiza que existem duas grandes correntes de pensamento a respeito das discussões que giram em torno da natureza das sociedades. Diz Valencia (2016) que, por um lado, existe hoje um sistema capitalístico que cresce vertiginosamente com a globalização, principalmente, nas duas últimas décadas. Enquanto, por outro lado, existe “a outra corrente, que podemos caracterizar de hegemônica, assegura que vivemos em uma sociedade pós-capitalista global, pós-industrial, e pós-moderna” (2016, p. 21). Esta segunda interpretação apresentada pelo autor, se fundamenta no paradigma da “pós-modernidade”, que, para ele, “tem criado suas próprias categorias e conceitos explicativos de sua natureza e dinâmica social, inclusive, com expressão nas ciências sociais e nos debates dentro das fileiras das esquerdas” (Valencia, 2016, p. 21).

Não se trata de trazer para o debate, ou à tona, uma discussão acalorada sobre [disputas de poder] direita ou esquerda, que se perpetua por muitos anos, mas convidar a refletir sobre o modo de produção capitalista que segue vigente, considerando indícios da era pós-capitalista, industrial e moderna que, globalmente, têm sido desenhados nas sociedades das culturas mais abrangentes. Na esteira dessas reflexões, Alves (2014) ao discutir a precarização do trabalho no século 21, apresenta conceitos indispensáveis para o entendimento das novas dimensões que o compõem, nas condições do “neodesenvolvimentismo”, instaurado no Brasil. O autor compreende o neodesenvolvimentismo como um novo modelo de desenvolvimento capitalista que surgiu no Brasil a partir da virada do século, década de 2000, momento histórico em que o capitalismo global se consolida concretamente em pleno início do século 21.

Alves (2014) afirma existir um bloco histórico, composto por outros dois blocos e apresentado como um enigma, em que dentro dele há duas divisões: o neoliberalismo da década de 1990, marcado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, e o neodesenvolvimentismo, delineados pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff. Tais grupos, que para o autor apresentam distinções significativas, pertencem a um bloco histórico denominado de “capitalismo flexível ou capitalismo neoliberal” (2014, p. 11). Como o sistema capitalista, bem como qualquer outro sistema, possui um fator controlador, o bloco histórico do capitalismo flexível está sob dominância do capital financeiro.

No bojo dessas discussões está presente a subjetividade, em que podemos compreendê-la como produto da cultura capitalista, coadunando com Guattari e Rolnik (1999) que, ao invés de ideologia, preferem a expressão subjetivação, em produção de subjetividades. Guattari e Rolnik (1999, p. 25) propõem a ideia de uma subjetividade de natureza “industrial, maquinaica”, traduzindo em pormenores, aquela basicamente “fabricada, modelada, recebida, consumida”, um fenômeno que escapa de uma natureza essencialmente humana e mais natural. Para além da forte influência exercida pelo sistema do capital financeiro, indagamos: quem não trabalha na produção social de subjetividades? Conforme sinalizam tais autores, aqueles que, com o decorrer do tempo, passaram a ser chamados de “trabalhadores sociais”, como “jornalistas, psicólogos, de todo tipo, assistentes sociais, educadores, animadores, gente que desenvolve qualquer tipo de trabalho pedagógico ou cultural em comunidades de periferia, em conjuntos habitacionais, etc”, atuam, de uma forma ou de outra, na produção de subjetividades (Guattari; Rolnik, 1999, p. 29).

Convidamos o leitor a refletir conosco. “O capitalismo “lança modelos (subjetivos) do mesmo modo como a indústria automobilística lança uma nova linha de carros”. Portanto o projeto central do capitalismo consiste na articulação de fluxos econômicos, tecnológicos e sociais com a produção da subjetividade de tal maneira que a economia política se mostre idêntica a “economia subjetiva”. Essa hipótese é retomada e ampliada para a situação atual; devemos começar pelo reconhecimento de que o neoliberalismo falhou em articular a relação entre essas duas economias” (Lazarrato, 2014, p. 14).

Se, por um lado, teóricos como Guattari e Rolnik utilizam a expressão “maquinaica” para referirem-se à máquinas como objetos que exercem poder nas produções de subjetividades; e Santaella (2003) problematiza as relações homem-máquina, cujo foco de sua discussão é ressaltar a negociação entre o humano e o maquinaico como instância que se processa por meio de uma nova linguagem [hipertexto e hipermídia]; por outro lado, Alves (2014), ao discorrer sobre o desenvolvimento do capitalismo global, se apropria do termo “maquinofatura” para explicar a constituição de uma nova forma de produção do capital.

A respeito desta nova forma de produção do capital, tal como discute Alves (2014, p. 13), ela surge como determinação da base técnica do sistema de produção de mercadorias, aquecida pelo mercado econômico, por meio das condições históricas de duas importantes revoluções tecnológicas: “a revolução informática e a revolução informacional”. São revoluções necessárias para a sociedade, uma vez atreladas à manufatura e grande indústria, caracterizadas por Marx (1996 apud Alves, 2014) como categorias sociais que implicam um determinado modo de controle que emerge com o avanço da civilização moderna do capital.

Esclarecemos que, embora não exista uma obra específica produzida por Marx acerca da subjetividade, ou uma produção dedicada de forma direta sobre ela, Chagas (2013) diz haver, no conjunto de seus escritos¹ – desde os primeiros até os mais maduros – várias passagens, elementos básicos e constitutivos que possibilitam uma construção teórica em Marx, sobretudo, em “O Capital”. Por meio das produções e problematizações, Marx desenvolve elementos constitutivos que possibilitam entender a subjetividade humana, como: fenômeno desenvolvido de maneira não autônoma, abstrata, e não dada naturalmente, imediatamente ao indivíduo; e a subjetividade como construção histórica. O que nos chama a atenção é o fato de que, para compreender a subjetividade no âmbito da sociedade capitalista, conforme o pensamento de Marx, diversos outros conceitos ele evidencia, como: trabalho, ilusão, estranhamento, base e superestrutura, ideologia, ocultação, inversão e fetichismo da mercadoria (Chagas, 2013).

Na concepção de Marx sobre a subjetividade, vemos ainda, a partir das reflexões de Chagas (2013), que ela não se trata de uma atividade secundária. É com base na consciência das circunstâncias em que a vida é produzida que o sujeito transforma e apreende o mundo e adquire para si autonomia e liberdade. Nesse sentido, a subjetividade, como componente inseparável dos processos de formação da vida humana, não é caracterizada como objeto sem sujeito, nem como sujeito sem objeto. Dessa forma, a relação entre homem e máquina é modificada quando pensamos na maneira como essas o impulsionam para uma vida social composta com padrões e determinações. “No capitalismo, a produção de subjetividade opera de duas maneiras, que Deleuze e Guattari denominam dispositivos de sujeição social [assu jettissement sociaux] e servidão maquínica [asservissements machiniques]” (Lazzarato, 2014, p 17).

É por isso que o pressuposto fundamental apresentado por Alves (2016) consiste na ideia de que a “maquinofatura”, produto da manufatura e grande indústria, também cunhados por Marx, em “O Capital”, revolucionou a relação homem-máquina e pode ser definida como a nova transformação técnica da produção da vida social que altera as condições de dominação e o controle do metabolismo social. A ênfase recai em pensar na produção da vida social ao colocar em evidência a produção das subjetividades. Tais análises se aproximam com a teoria de Guattari e Rolnik (1999, p. 31), uma vez que, os mesmos, argumentam que a subjetividade “é essencialmente fabricada e modelada no registro do social”. Os autores acrescentam, ainda, que o lucro capitalista é, de maneira basilar e fundamental, produção de poder subjetivo.

Sem a finalidade de querer fixar uma visão idealista da realidade social, Guattari e Rolnik (1999, p. 32), além de destacar a conveniente dissociação entre os conceitos de indivíduo e subjetividade, grifam que a subjetividade não se situa no campo individual, “seu campo é o de todos os processos de produção social e material” (Guattari e Rolnik, 1999, p. 32). Um exemplo para compreender como é desenvolvida esta questão é o caso das crianças. Como os autores analisam, elas percebem o mundo de acordo com as relações que estabelecem com as personagens que pertencem ao seu território doméstico, com as pessoas na escola. Mas, como permanecem grande parte do tempo com a televisão, e, em contato com diversas mídias eletrônicas, absorvendo imagens, discursos midiáticos de significação, as crianças, durante o processo de crescimento e desenvolvimento, possuem suas subjetividades modelizadas por estes aparelhos, como televisão, computadores, celulares, dispositivos que veiculam imagens e informações. O argumento a seguir ilustra muito bem como a indústria do capitalismo atinge praticamente todas as pessoas, de faixa etária distinta.

¹ Dentre as obras podemos mencionar “Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução (1844), A questão judaica (1844), A ideologia Alemã (1845-1846), Para a crítica da economia política (1859), e o Capital (1867).

É desde a infância que instaura a máquina de produção de subjetividade capitalística, desde a entrada da criança no mundo das línguas dominantes, com todos os modelos tanto imaginários quanto técnicos nos quais ela deve se inserir (Guattari; Rolnik, 1999, p. 33).

Nesse processo, em que se instauram as máquinas de produção de subjetividade, estão as mídias. Os meios de comunicação, como explicam Guattari e Rolnik (1999), constituem uma espécie de “muro de linguagem”, que, por sua vez, propõe, continuamente, modelos de imagens que fazem o receptor se conformar com aquilo que é posto. São diversos os tipos de imagens de racionalidade, de legitimidade, de justiça, de beleza, de cientificidade. Os meios de comunicação, no leque das reflexões desses autores, falam pelos e para os indivíduos, constituindo, assim, suas subjetividades.

Nesta direção, conviver em um mundo composto por novos sentidos e razões, com bombardeamentos de imagens e informações que acontecem de maneira inevitável, é pertencer a uma sociedade constituída por sujeitos que constroem pensamentos a partir de uma cultura que não escapa da globalização. Referimo-nos a uma cultura globalizada pautada no entrecruzamento de dois “objetos”, homem e máquina. Na sociedade em rede, a microeletrônica não apenas transforma as relações sociais, mas também redefine a própria natureza da comunicação e da interação humana. A interconexão entre homem e máquina cria um novo espaço onde as identidades e as culturas são constantemente reconfiguradas, refletindo a complexidade da globalização (Castells, 2007).

Ao retomar as considerações de Alves (2014) a esse respeito, vemos que a maquinofatura compõe uma nova base técnica que revolucionou o campo da informática e da informação. Já Keckhove (1997), em “A pele da cultura”, diz que a informação aplicada a uma estrutura interior é parte de um pensamento global, em que a globalização é uma das condições psicológicas da “cibercultura”, discutida mais adiante. Além de constituir a denominada tecnologia informacional, “põe, como pressuposto efetivo, a ‘captura’ da subjetividade da pessoa humana por meio do espírito do toyotismo, implicando, de modo intensivo e extensivo, o processo de reprodução social do trabalho vivo” (Alves, 2014, p. 15). A captura da subjetividade, nessa perspectiva, acontece também por influência e forte poder controlador que as tecnologias digitais de informação e comunicação exercem na vida e nas relações entre sujeitos. A seguir, trataremos de assuntos que abarcam tecnologias, com fundamentos para uma leitura e compreensão da realidade virtual, de modo a explorar relações com a cibercultura e subjetividade.

Tecnologias, realidade/cultura virtual, midiática e subjetividade: ascensão do ciberespaço e metamorfoses culturais

Ampliando a nossa reflexão, os convidamos a pensar que para escrever este texto foi necessário utilizar, além de esforço manual e intelectual, alguns objetos tecnológicos, como notebook, mouse, mesa, cadeira, luz emitida por lâmpada fluorescente, além da internet (em que artigos científicos foram consultados) e vários livros. É importante compreender e ressaltar que existem diferentes tipos de tecnologias, como as informacionais, comunicacionais e digitais, que apresentam distinções, significações e utilidades próprias.

A socióloga brasileira Belloni (2009, p. 09) diz que são denominadas TIC (tecnologias de informação e comunicação), mídias eletrônicas como, televisão e suas variantes (videocassete, DVD, antena aberta, por assinatura); jogos de vídeo (videogames) e de computador; máquinas fotográficas e filmadoras de vídeo, ipods, MP3, telefones celulares; e redes telemáticas. Belloni, em uma publicação, também no ano de 2009, intitulada “o que é mídia-educação”, denominou as TIC de “máquinas inteligentes” (p. 7) e vê nesses dispositivos um potencial incontestável de transformação nos dias atuais, no sentido de enfatizar que essas tecnologias de informação e comunicação têm invadido - concedendo uma análise, de certa forma um pouco negativa -, às famílias, igrejas, escolas, entre outros ambientes/meios.

Desse modo, ao tratar o conceito de TIC, é possível reforçar a ideia de que as expressões

“informação e comunicação”, atreladas à tecnologia, conjecturam uma definição mais abrangente e que implica a compreensão de um fenômeno que não sobrevive sem a presença de computadores, dispositivos eletrônicos, que compõem uma infinita rede, e atuam sobre as produções de subjetividades na cultura capitalística.

Como há algumas distinções que diferenciam as tecnologias de informação e comunicação, por exemplo, das tecnologias digitais, importa registrar esses esclarecimentos. Em uma janela mostramos as definições defendidas por Belloni a respeito das TIC. Por outra janela, enfatizamos a expressão TDIC (tecnologias digitais de informação e comunicação) como um conjunto de objetos eletrônicos, como computadores, *tablets*, celulares, *smartphones* e qualquer outro equipamento que permita a navegação na internet, conforme abordam os autores Costa, Duqueviz e Pedroza (2015). O termo TIC, já não muito utilizado em razão da digitalização ter aumentado e ganhado muito espaço, abrange as tecnologias mais antigas como a televisão, a mídia impressa como os jornais e o mimeógrafo, por exemplo, que têm sido substituídas pelas tecnologias digitais (Costa; Duqueviz; Pedroza, 2015).

Ao problematizar questões sobre nova cultura das tecnologias digitais, Kenski (2013) nos alerta que a valorização do que é novo, mais potente, ou, simplesmente, diferente, que potencializa as interações entre os sujeitos, a comunicação, bem como o acesso e armazenamento das informações, faz parte das concepções culturais e sociais que estão impregnados na atualidade. A sociedade se transforma a cada dia e, com ela, os objetos que o homem cria e por eles acaba sendo afetado. Tratam-se de fenômenos que ocorrem num período histórico contemporâneo que, desde especialmente a década de 1990 no Brasil, vem crescentemente marcado por revoluções, conduzido, sobretudo, por aparatos tecnológicos cada vez mais sofisticados e complexos em sua estrutura e funcionamento.

Tomando como base tal compreensão, verificamos em Castells (2007), em suas considerações sobre o desenvolvimento do capitalismo, o argumento de que a revolução tecnológica significa um importante marco histórico. Ele, ao comparar com a Revolução Industrial, coloca em evidência a produção de bens tecnológicos como acontecimentos de extrema importância para a sociedade. Nesse aspecto, Baumgarten também toma como base a revolução industrial, fenômeno que se iniciou no final do século 18 e início do século 19, para enfatizar que a partir dela a “ciência e tecnologia passaram a formar um binômio que mantém profunda relação com o desenvolvimento do capitalismo” (2006, p. 290). Isso nos leva a constatar que conhecer fenômenos e produzir conhecimento são elementos que potencializam o aprimoramento das técnicas para produzir novos produtos e mercadorias, apropriando-nos da tecnologia para solidificar esses processos.

Castells (2007), ao problematizar a sociedade em rede, reforça a ideia de que a tecnologia não determina ou molda a sociedade, mas a incorpora e vice-versa. Por outro lado, a sociedade também não determina a inovação tecnológica, mas faz uso desta e ao mesmo tempo que contribui para sua recriação. A sociedade não pode mais ser determinada ou representada sem suas ferramentas tecnológicas, uma vez que os instrumentos tecnológicos, sobretudo, aqueles utilizados no campo educacional, nas salas de aula e nas pesquisas, por exemplo, estão cada vez mais sendo implementados nos contextos educativos e com uma multifuncionalidade cada vez mais desenvolvida.

A respeito do fenômeno que demarca a presença das mídias em vários contextos, Aroche (2015) destaca que as tecnologias têm invadido os espaços entre indivíduos, de modo que a onipresença de imagens que circulam nas telas de televisão e computadores se tornam obstáculos que dificultam a construção de sentidos. Dessa forma, elas se caracterizam, muitas vezes, como equipamentos eletrônicos que agem a ponto de impedirem a compreensão do que as pessoas fazem e o próprio mundo em que vivem. Nesse sentido, a interação entre tecnologias e ser humano provoca um fenômeno em que elas se tornam extensão do sujeito, e, conseqüentemente, modificam e afetam os processos de construção de significados entre o que é pensado, vivido e materializado nas ações com o outro, com as redes de informações, imagens e comunicações.

Coadunamos com a teoria de Castells (2007), pois o autor além de elucidar a revolução da tecnologia da informação, em seus registros sobre a sociedade em rede, traz apontamentos que nos direcionam a outras compreensões a respeito da sociedade da informação. Desse modo, além do que já foi apresentado, constatamos que outros autores também trazem definições de

“tecnologias de informação e comunicação”, apresentando algumas aproximações e pontos de vista um pouco distintos. Entre eles, Maleane (2012, p. 23), em sua tese de doutorado sobre as tecnologias de informação e comunicação como meio de inclusão e exclusão social, conceitua o termo apropriando-se da teoria de Rezende e Abreu (2011), em que afirmam as TIC serem um “conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para a geração e uso da informação” (p.?). Ou seja, a produção e utilização de informação só acontece quando sujeitos se apropriam destas em suas múltiplas práticas culturais cotidianas, uma vez que observamos existir uma grande e infinita rede que conecta milhares de pessoas de regiões distantes e distintas do mundo, compondo, assim, uma sociedade da informação.

Mattelart (2002), ao escrever a “história da sociedade da informação”, defende a premissa de que as tecnologias são incubadoras de novas e emancipadoras formas de comunicação. O autor destaca ser importante reconhecer suas ambiguidades. Mattelart nos sugere ser possível atribuir diferentes olhares às tecnologias, não reforçando apenas um lado saudosista e apocalíptico, ou, simplesmente, um poder de salvação. Em outras palavras, as tecnologias, quando compreendidas como produtos culturais da sociedade, podem ser empregadas para o avanço e progresso da ciência, da educação e da construção de conhecimentos, das relações econômicas e socioculturais – colocando em suspenso [ou não] um mundo à parte, o da virtualidade.

Tomando como base tal contextualização, a ênfase recai em discutir também fenômenos que potencializam e colocam em evidencia a virtualização. Para Fischer (2012), apropriando-se das análises de Chauí (2012), o mundo virtual, o tempo e o espaço são pressupostos que partem da fenomenologia da percepção para sublinhar que somos, basicamente, seres temporais, e que “o tempo existe porque nós existimos”, justamente porque nosso corpo é nosso modo fundamental de ser e estar no mundo. Podemos dizer, então, que o corpo está na cultura, logo, na cibercultura.

Como nos revela Levy (1999), em suas densas análises sobre a cibercultura², e, ao atribuir sentidos filosóficos a respeito da realidade virtual, o autor, além de preocupar-se com conceitos relativos às tecnologias digitais e ao ciberespaço, destaca a ideia de universalização da cibercultura. Para ele, tal mundialização propaga a co-presença e a interação de quaisquer pontos do espaço físico, social ou informacional. Nessa perspectiva de pensamento, “ela é complementar a uma segunda tendência fundamental, a virtualização” (Levy, 1999, p. 47).

Por outro lado, Kerckhove (1997) defende a ideia de que a cibercultura é o produto da multiplicação da massa pela velocidade, com as tecnologias do vídeo a serem intensificadas pelas tecnologias informáticas, promovendo aceleração do poder computacional. Já Santaella (2003) a compreende como novas formações socioculturais que estão em constante crescimento, referindo-se à cultura digital ou cibercultura. O virtual, nesse sentido, é uma fonte indefinida de atualizações, afirma Levy (1999). A cada momento é possível atualizar-se com informações recebidas e processadas, com conteúdo de fontes midiáticas que, de alguma forma, modificam a realidade do sujeito. Não só as informações, mas, como Santaella afirmou em uma entrevista, vemos que o discurso e a palavra, também, atravessam a construção e subjetividade do sujeito. Os discursos midiáticos, sobretudo, atuam nesse processo.

A obra “A vida digital” publicada por Negroponete em 1995 já anunciava que a sociedade vivenciaria uma realidade virtual que poderia tornar o artificial tão realista quanto o real e, dependendo das circunstâncias, pode tornar ainda mais. E de fato isto ocorreu em um curto espaço de tempo. Nesse contexto, vemos que a expressão realidade virtual, como Levy (1999) também abordou, metaforicamente, ao dizer que ocorreria como um “passe de mágica”, vai um pouco além por referir-se a um mundo virtual composto por um conjunto de códigos digitais. Ao afirmar que o virtual é real, ainda que não consigamos fixá-lo em nenhuma coordenada espaço-temporal, é possível dizer que o virtual existe sem estar presente. Existe porque nós, sujeitos que construímos e captamos imagens digitais do mundo real, as armazenamos e reproduzimos.

Brincar em uma montanha russa virtual dentro de um shopping, utilizando óculos especiais, e sentir os movimentos bruscos, ventos, aromas, e visualizar cenários que parecem reais, proporciona a sensação de “estar lá”, como refletiu Negroponete há décadas (1995, p. 115). Desse modo, não podemos discordar de Levy (1999) quando ele diz que a cibercultura está ligada ao virtual por meio

² Levy (1999) define cibercultura como um conjunto de técnicas, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem junto com o crescimento do ciberespaço.

de duas maneiras. A primeira delas é a forma direta, em que a digitalização da informação pode ser aproximada da virtualização. E indiretamente, as redes digitais em pleno desenvolvimento favorecem outros movimentos de virtualização que não se referem ao da informação propriamente dita. Assim, com Levy (1999), compreendemos que a extensão do ciberespaço acompanha e acelera uma virtualização geral da economia e da sociedade. Tal aceleração modifica, afeta e transforma os caminhos percorridos pelos sujeitos no mundo cercado por imagens.

Desse modo é possível verificar que o virtual apresenta alguns sentidos de ordem técnica, corrente e filosófica. Levy (1999) explica que os *sentidos técnicos* estão ligados à informática, possível compreender se remetermos às análises de Castells sobre a sociedade em rede, conectada e interligada, que os homens têm construído; o *sentido corrente* é aquele configurado pelo irreal, contrariamente do real e concreto; já o *sentido filosófico* é o que consideramos estar mais próximo da potência, signo de poder por contribuir com a mente coletiva.

Além das considerações de Levy e Negroponte a respeito da virtualidade, a compreensão que Santaella (2003) possui sobre outro conceito, o ciberespaço, é aquela que deriva da teoria cibernética de Norbert Wiener (1948). A autora evidencia a palavra cibernética, citando Wiener, para melhor descrever uma nova ciência capaz de unir as teorias da comunicação e do controle. Trata-se, portanto, de uma rede que constitui espaços que entrecruzam informações que circulam por meio de objetos eletrônicos, capaz de compor um ciberespaço.

O ciberespaço a que nos referimos é uma rede ou o novo meio de comunicação que surgiu, ainda no século passado, a partir da interconexão mundial dos computadores, com apoio da internet (Levy, 1999). A visão que o pesquisador possuía quando publicou a obra “Cibercultura”, a respeito do ciberespaço, assim como suas comunidades virtuais e suas reservas de imagens, têm se tornado, cada vez mais, instrumentos mediadores da inteligência coletiva da humanidade. E, nesta mediação de inteligência, em que ocorre tanto a disseminação da informação quanto a produção e construção do conhecimento, temos os objetos tecnológicos (incluindo as TIC – tecnologias de informação e comunicação) que, nas mãos das pessoas, potencializam esse trabalho.

As palavras de Burke (2003) fazem sentido nesse contexto, pois, o autor, ao expor a história social do conhecimento, destaca a revolução científica como um fenômeno instaurado no século 17, que se perpetua até os dias atuais, impactando na inteligência coletiva da sociedade. É com a ciência que o conhecimento é produzido, circulado e difundido. Esses processos são altamente potencializados por meio de recursos tecnológicos que hoje a sociedade tem disponível. Enquanto Burke constrói discussões que nos permitem compreender o percurso histórico do conhecimento, Levy (1999) sublinha questões que reforçam pertencer ao universo das tecnologias digitais, o novo mercado da informação e do conhecimento, bem como a infraestrutura do ciberespaço, a partir dos anos 90. Este último dá suporte para o fortalecimento da inteligência coletiva.

No sentido de compreender a construção da subjetividade humana, a partir de fundamentos que constituem uma realidade virtual, em “A pele da cultura” Kerckhove (1997) cita os meios eletrônicos como instrumentos que se tornam extensões, além do sistema nervoso e corpo como um todo, da psicologia humana. Para ele, a mente coletiva é posta em prática, porque existe um sistema político de globalização, cujos estados iniciais acontecerão pela convergência entre a televisão, telefone e computadores – dispositivos eletrônicos e midiáticos. Kerckhove (1997) salienta que as tecnologias estão se convergindo para a realidade virtual, como Levy (1999) já nos alertou.

Trata-se de uma convergência provocada pela ascensão da cultura das mídias, ou como prefere denominar em seu aspecto mais atual, “cultura midiática”, esta que, para Santaella (2003), é capaz de propiciar circulação mais fluida e as articulações mais complexas dos níveis, gêneros e formas de cultura, produzindo, assim, cruzamento de suas informações e identidades. Santaella (2003) faz reverência à cultura midiática, compreendendo que esta faz parte da revolução digital e da globalização instaurada na pós-modernidade. Assegura a pesquisadora:

No cerne dessa revolução está a possibilidade aberta pelo computador de converter toda informação – texto, som, imagem, vídeo – em uma única mesma linguagem universal. Através da digitalização e da compreensão de dados que ela permite, todas as mídias podem ser traduzidas, manipuladas,

armazenadas, reproduzidas e distribuídas digitalmente produzindo o fenômeno que vem sendo chamado de convergência das mídias (Santaella, 2013, p. 59-60).

Tal fenômeno de convergência das mídias, provocado pela profusão da cultura midiática, desenvolvido em tempos de capitalismo global e de produção de subjetividades da sociedade em rede, ocorre por meio da digitalização que Santaella relata. É na cultura digital que circula a linguagem universal que atravessa os sujeitos e constituem, assim, maneiras de ser, trabalhar, governar e intervir no mundo. Mas, pertencer e estar no mundo, considerando, inclusive, a revolução tecnológica, a cultura midiática e digital, sobretudo, na sociedade neoliberal que “rege as regras” para os sujeitos, tem se tornado um fenômeno bem emblemático e questionável por alguns, como veremos.

Ser sujeito na cultura digital e do “empresariamento de si”: o neoliberalismo em questão

Ser sujeito na cultura digital, como muito bem nos apontaram Costa, Duqueviz e Pedroza (2015), significa possuir conhecimentos, domínio de seus usos e limites e também, das tecnologias digitais, instrumentos que são materiais e simbólicos na cultura global e do capitalismo flexível. A partir de suas análises, inferimos que o sujeito se reconhece na sua possibilidade de superar o imediato, o que está dado; o sujeito é constituído na relação, complexa e dinâmica, entre o social e o individual. Tais autores destacam, ainda, que usar as tecnologias digitais para aprender a “conhecer” e aprender a “fazer”, bem como se comunicar com amigos para aprender a “conviver” e aprender a “ser” implica em possuir um nível de letramento digital, que consiste na apropriação da digitalidade, interatividade, hipertextualidade, multimídia, virtualidade e conectividade, de modo a utilizá-las em suas práticas sociais.

No âmbito das reflexões dos autores já citados, encontramos o argumento de que as tecnologias exercem um caráter ubíquo na vida do ser humano. Elas fazem parte da vida das pessoas sem que elas percebam, cujo ubiquidade entre a vida real e virtual se faz presente na vida das crianças, jovens e velhos. As tecnologias, assim, passam a fazer parte da vida das pessoas sem que elas percebam que suas relações e interações estão permeadas e influenciadas por estes instrumentos da contemporaneidade. Elas têm se tornado extensão dos corpos humanos e diluem as fronteiras que antes separavam o mundo do trabalho e a vida particular dos indivíduos. Eis, aí, o ponto em que pretendíamos chegar: a ruptura dessas barreiras, mote principal das próximas reflexões acerca dos mapeamentos que circunscrevem a cultura do sujeito neoliberal neste novo tempo, nomeadamente reconhecido como “a nova razão do mundo”.

Na produção de Dardot e Laval (2016), num ensaio sobre a fábrica do sujeito neoliberal, os autores apresentam a “empresa de si mesmo” na sociedade neoliberal. Para os pesquisadores, o neoliberalismo não é um herdeiro natural do primeiro liberalismo nem deve ser compreendido como uma ramificação ou mesmo traição. Pelo contrário, nesse sistema o foco não é mais saber qual tipo de limite dar ao governo político, ao mercado, aos direitos, mas perguntar como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si. É por isso que a expressão “empresa de si mesmo” é cunhada por eles e nos permite construir algumas críticas e reflexões.

Esta empresa apontada pelos autores tem sido estruturada e administrada pelo sujeito neoliberal da cultura pós-moderna, cuja personalidade e laços sociais têm sido fortemente corroídos. Tratam-se de tempos modernos em que a corrosão do caráter, comportamentos, identidades, e de outras estruturas da vida, em consequência do trabalho no novo capitalismo [esse tomado pela globalização, como já discutimos no início do texto] tem sido claramente concretizado.

Oliveira e Cecílio (2023) constataram que os recursos tecnológicos digitais exercem um papel nesse processo e se configuram como um fenômeno que contribui para possíveis transformações nos sujeitos e na sociedade, destacando que a produção das subjetividades tem sido atravessada por essas inovações pungentes que nos atingem em razão das novidades tecnológicas e mídias sociais com as quais os sujeitos estabelecem relações.

O caráter pessoal, a reestruturação do tempo e a ética no trabalho, por exemplo, são alguns dos temas que Sennett discute e problematiza em sua obra publicada no início do século 21, em 2000. Suas ideias, que assumem perspectivas sociológicas, caminham ao encontro das apresentadas por Dardot e Laval (2016), que são assertivos ao afirmar que “o acúmulo de tensões e problemas não resolvidos, o reforço de tendências desigualitárias e desequilíbrios especulativos preparam dias cada vez mais difíceis para as populações” (2000, p. 08). Em outras palavras, o modo e o ritmo de trabalho que tem consumido as pessoas, na atualidade, já sinaliza desigualdades gritantes, momentos de tensões políticas que refletem na sociedade, em diversos segmentos sociais, nas famílias, na escola, na vida de todos.

Desse modo, o trabalho tem se tornado um produto altamente comerciável na sociedade capitalística, como nos permitem compreender Dardot e Laval (2016). E, é a “empresa de si”, que ajuda a moldar esse novo modelo de sujeito neoliberal, que o homem aprende a gerenciar sua própria vida. Nessa gestão de si, a relação de competição cresce entre os segmentos que profissionais trabalham e disputam posições, pois a maximização por resultados passa a ser perseguida. Sem contar que as atividades dos indivíduos começam a ser concebidas como um processo de valorização do eu. Em outras palavras, a empresa de si impulsiona o homem para gerir o tempo e a vida, em que é preciso “vender” o tempo todo, pois a busca por resultados é cada vez maior. Nessas circunstâncias, podemos dizer que somos colocados na parede, por nós mesmos, o tempo todo: produzir ou morrer.

Nessa ótica apontada por Dardot e Laval (2016), o sujeito neoliberal administra sua existência como produto e com base em princípios econômicos. Estamos vivendo momentos históricos em que a sociedade neoliberal transfere as responsabilidades para os indivíduos, forjando as pessoas a aceitarem as condições as quais são submetidas. A vida das pessoas no sistema neoliberal possui ações coletivas que se tornaram mais difíceis, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis e segmentos da sociedade e organização do trabalho (Dardot; Laval, 2016). De certo modo, esse sofrimento causado nos sujeitos, provocado por essa subjetivação neoliberal que opera na vida comum, no trabalho e fora dele, é forte e tem diversas extensões. A disputa provocada entre os sujeitos existe, porque o sistema capitalístico forja. Essas disputas também aparecem na escola, entre as relações dos sujeitos, inclusive as dos professores.

Nesta vertente, de acordo com as reflexões de Piolli, Silva e Heloani (2015), vemos que conflitos no ambiente escolar têm sido muito comuns, como o individualismo e a concorrência, bem como o aumento dos casos de estresse e adoecimento dos docentes. Tais impasses resultam em outros problemas, como os de ordem física e mental.

Reconhecemos que esses fenômenos são reflexos da sociedade neoliberal, cujas políticas públicas que têm sido implementadas permitem, por exemplo, a ampliação de vagas e acesso ao ensino superior (por meio das metas do Plano Nacional de Educação), mas, tem ocorrido um descompasso, por não garantirem a permanência de alunos com esse crescimento. A saúde do professor também é afetada em razão de o neoliberalismo estabelecer um produtivismo com metas desafiadoras em que o sujeito não consegue alcançar, ficando doente.

Nessa perspectiva, vemos que o “trabalho”, no sentido industrial e do capitalismo, deixou de ser a atividade mais importante para dois terços dos indivíduos, destaca Lipovetsky (2007), citando Jofre Dumazedier. Na sociedade da cultura midiática e do hiperconsumo, os interesses e prazeres são situados, ganhando novos significados, como nos repousos, nas férias e nas viagens. Então, parece ser possível dizer que o tempo fora do trabalho tem sido imposto como o tempo mais atrativo, aquele mais carregado de valores essenciais.

Dessa forma, compreendemos que se trata de outro reflexo do neoliberalismo e da pós-modernidade, em que o consumo é quem orienta o trabalho dos sujeitos. Não se trata de defender a ideia de que o trabalho perdeu seu valor, mas, ele tem sido modificado e, na atualidade, possui outro caráter, se compararmos com o trabalho da antiguidade como aquele desenvolvido para a subsistência.

No entanto, a fábrica que produz o sujeito neoliberal tem funcionado a todo vapor, pois, como afirmam Dardot e Laval (2016), tem conseguido produzir, aprofundar e circular, na sociedade, pessoas hipermodernas, imprecisas, flexíveis, precárias, fluidas e sem gravidade. Para os autores o sujeito neoliberal em formação, “é correlato de um dispositivo de desempenho e gozo que foi

objeto de inúmeros trabalhos” (Dardot; Laval, p. 321). E esses trabalhos revelam uma condição nova de homem, que permite causar os fenômenos ora apresentados nos sujeitos, e muitos outros que, provavelmente, não seria possível elencar aqui. Eles denominam essa nova cultura conhecida como a “empresa de si”, como nova subjetividade.

Considerações finais: um olhar para as transformações culturais na contemporaneidade

Com base nas discussões apresentadas pelos autores aqui citados, compreendemos que a cultura virtual e as subjetividades, em tempos de capitalismo global e sociedade em rede, têm sido desenhadas à medida que o sujeito neoliberal vive, estabelece relações com a cultura abrangente e se situa no mundo político, social e econômico. Tal cultura tem passado, paulatinamente, por constantes metamorfoses ao longo do tempo.

O capitalismo global, assim como a produção de subjetividades, molda as pessoas e, nesse processo, temos como protagonistas as tecnologias, sobretudo, as digitais, de informação e comunicação. Elas pertencem ao universo da realidade virtual e também atuam na construção de subjetividades. Portanto, ser sujeito neoliberal na nova razão do mundo, por meio de suas políticas e forma de governo, tem nos parecido ser bastante desafiador. Como indivíduos pensantes, que convivem coletivamente e individualmente, não há como escapar do bombardeamento de informações, padrões e modelos a serem seguidos que a cultura capitalística imprime.

Assim, constatamos que o sujeito neoliberal está diante de uma forte aceleração e ilimitação na sociedade do capital, como Aroche (2015) denomina. Nesse sentido, a vida mental, diz a autora, é presa à tecnologia, à velocidade, de modo a induzir uma ausência de reflexão ligada à rapidez, à instantaneidade e à imediatidade. A tecnologia digital e a virtualidade, de certa forma, agem de modo a inviabilizar [ou retardar] a agilidade de pensar, refletir e construir questões críticas que ocorre, provavelmente, por conta de uma alienação ao objeto tecnológico.

Tal questão nos remete a ideia de que esses fenômenos ressoam na escola, no ensino superior, e, na educação, de um modo geral, ocasionando inúmeras transformações na forma como ocorrem os processos e as relações humanas – são as metamorfoses culturais na contemporaneidade. Desse modo, a ação do sujeito, tomado pelo neoliberalismo, é, expressivamente, abalada, e desprovida de limites, tanto pela fluidez de um mundo em que o real e o virtual estão profundamente imbricados, quanto pelo fato do desafio constante que exige a sensação contínua de mudança permanente.

Modificações permanentes do sujeito na sociedade em rede acontecem no mesmo compasso em que surgem novas tecnologias da informação, “estas que estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade”, diz Castells (2007). Ou seja, as mudanças, compreendidas aqui como metamorfoses, não param de acontecer e de proporcionar desdobramentos imensuráveis nos mais diversos contextos e dimensões sociais. Portanto, deixamos aqui um convite para que continuemos a olhar (refletir e de certa forma questionar), não apenas no contexto acadêmico, mas nos demais em que nos inserimos, essas transformações e metamorfoses culturais contemporâneas que afetam, de alguma maneira, a vida dos seres humanos.

Por fim, por se tratar de um ensaio teórico, este texto não pretende esgotar esse tema, mas oferecer uma interpretação crítica capaz de articular autores e problemas centrais do debate. Permanecem abertas novas possibilidades de aprofundamento, especialmente no que se refere à investigação empírica das formas pelas quais sujeitos, instituições e práticas educativas vivem, negociam e resistem às injunções da cultura digital no capitalismo contemporâneo.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). O artigo é vinculado aos Projetos temáticos “Trabalho docente na cultura virtual: tendências, conteúdos e implicações para a subjetividade e a saúde de professores”, Processo APQ-01067-2018, e “O trabalho docente em tempos de hiperconexão na cultura digital”, processo APQ-00588-24, ambos

financiados pela FAPEMIG, a quem agradecemos o apoio recebido.

Referências

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru, SP: Canal 6, 2014, 224 p.

AROCHE, Claudine. O sujeito diante da aceleração e da ilimitação contemporânea. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 851-862, dez. 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022015041920>.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, 119 p.

BARRETO, Raquel Goulart. A recontextualização das tecnologias da informação e da comunicação na formação e no trabalho docente. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 121, p. 985-1002, out.-dez. 2012.

BAUMGARTEN, Máira. Tecnologia. In: CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena. (orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 10 ed. Rio: Paz e Terra, 2007. v.1. 617 p.

COSTA, Sandra Regina Santana; DUQUEVIZ, Barbara Cristina; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 603-610, dez. 2015.

CHAGAS, Eduardo F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, ago. 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732013000200005>

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 413p.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. "Mitologias" em torno da novidade tecnológica em educação. **Educ. Soc.**, Dez 2012, vol.33, no.121, p.1037-1052. ISSN 0101-7330

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Subjetividade e história. In: GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. **Cartografias do desejo**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 25-126.

HAAL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e tempo docente**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

KERCKHOVE, Derrick de. **A pele da cultura**. Tradução de Luís Soares e Catarina Carvalho. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. Tradução Paulo Domenech com a colaboração de Hortência Lanacastre. 1 ed. São Paulo: Edições SESC, 2014.

LAZZARATO, Maurizio; GUATTARI, Félix. **As revoluções do capitalismo**. São Paulo: Editora 34, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 402.

MALEANE, Susana Otilia Tomás. **Tecnologias de informação e comunicação como meio de inclusão e exclusão social em Moçambique: o caso do ensino superior**. Tese de doutorado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília: UnB/FCI, 2012.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NOVAES, Adelina. Subjetividade social docente: elementos para um debate sobre “políticas de subjetividade”. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 328-343, jun. 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143205>.

OLIVEIRA, Evandro Salvador; SILVA, Adriene Sttéfane; MIRANDA, Henrique Carivaldo. O trabalho docente em tempos de hiperconexão e dispersão: tensões e desafios. In: Andréa Kochhann; Jades Daniel Nogalha de Lima. (Org.). **Formação Docente e Prática de Ensino: tensionamentos e desafios**. 1ed. São Paulo: Dialética, 2023, v. 264, p. 189-204

OLIVEIRA, Evandro Salvador; CECILIO, Sálua. Trabalho (Docente), Neoliberalismo e Produção de Subjetividades no Capitalismo Global: Evidências de uma Nova Razão do Mundo na Era Digital. **REVISTA EDUCAÇÃO** (PUCRS. ONLINE), v. 46, p. 1-19, 2023.

PIOLLI, Evaldo; SILVA, Eduardo Pinto e; HELOANI, José Roberto M.. Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 589-607, dez. 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br>> <http://dx.doi.org/10.1590/CC0101-32622015154849>.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Precariado ou proletariado?** Bauru: Canal 6, 2016.

Recebido em 12 de janeiro de 2026

Aceito em 27 de janeiro de 2026